

Registro síntese da 4ª Reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal – CNAL (10 de fevereiro de 2021)

Nesta manhã (10), o Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal -CNAL, Antonio Hamilton Martins Mourão, conduziu, presencialmente, a 4ª Reunião do Conselho Nacional da Amazônia Legal no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, Censipan, respeitando o protocolo sanitário do Ministério da Saúde e registrando a participação dos ministros da Casa Civil; das Relações Exteriores; da Economia; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; de Minas e Energia, da Ciência, Tecnologia e Inovações; do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Regional; da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; do Gabinete de Segurança Institucional, representantes dos ministérios da Justiça e Segurança Pública; das Comunicações; da Secretaria-Geral da Presidência da República; da Secretaria de Governo da Presidência da República e da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Abrindo os trabalhos, o Vice-Presidente e Presidente do CNAL realizou uma apresentação sobre a conjuntura nacional e internacional, destacando aspectos que possam vir a ter reflexos em ações governamentais, no âmbito federal e estadual, no tocante a atuação do Conselho na Amazônia Legal, com o apoio e colaboração do consórcio de governadores, prefeitos e municípios da Região.

Em seguida, o Vice-Presidente destacou as ações estratégicas prioritárias definidas no Plano Estratégico do CNAL, de conformidade com a convergência de objetivos estabelecidos pelo colegiado.

Dentre importantes temas, o Vice-Presidente apresentou o Plano Amazônia 21/22, em substituição a Operação da Garantida da Lei e da Ordem, denominada Operação Verde Brasil 2, que tem encerramento estabelecido para 30 de abril próximo, destacando a relevância e urgência de sua aplicação, que estabelece diretrizes para a continuidade das ações de fiscalização e combate aos ilícitos ambientais e fundiários, particularmente o desmatamento ilegal e as queimadas na Amazônia.

O Plano Amazônia elege quatro eixos de atuação:

- Priorização de áreas onde a ocorrência da ilicitude pode impactar de maneira mais decisiva os resultados da gestão ambiental;
- Aumento da efetividade da fiscalização e o fortalecimento dos órgãos;
- Contenção dos ilícitos em conformidade com a lei;
- Disponibilização de alternativas socioeconômicas à população dentro do princípio do desenvolvimento sustentável.

Acrescentou, ainda, que o referido Plano deverá oferecer condições de manter a eficiência do trabalho interagências, ora desenvolvido pela Operação Verde Brasil 2, e permitir o engajamento federal continuado nas ações em todo o território nacional.

A pauta da reunião remeteu a um breve apanhado das principais atividades do Conselho nesses doze meses de atuação, a relevância da cooperação e união de esforços, os desafios a vencer e a determinação em cumprir as metas estabelecidas para a reversão do quadro de ilícitos na Amazônia.

O CNAL reuniu-se em momento de grande significado, pois, nessa quinta-feira, completa 1 ano de sua criação, conforme o Decreto nº 10.239, de 11 de fevereiro de 2020, que define como sua principal missão a de coordenar as políticas públicas relacionadas à

Amazônia. Desde então, o colegiado desenvolve ações voltadas para a proteção, preservação e desenvolvimento da região, elegendo como prioridade o combate aos ilícitos na floresta.

Neste período de trabalho intenso, o Vice-Presidente buscou ouvir e estabelecer diálogo com líderes políticos, estaduais, empresariais, sociais, estrangeiros, formadores de opinião, instituições científicas, academias e comunidades da região da Amazônia Legal em prol do combate aos crimes ambientais e da melhoria dos índices de sustentabilidade e desenvolvimento humano. Reuniões com ministros, governadores e prefeitos visaram ao alinhamento e à cooperação mútua para o êxito dos objetivos do Conselho em prol da Amazônia. Agendas com os embaixadores e investidores estrangeiros tiveram como foco mostrar a complexidade, desafios, oportunidades e projetos da região. A articulação de parcerias público-privadas e integração com organismos internacionais foram alicerçadas no compromisso do CNAL com o desenvolvimento da Amazônia. Importantes avanços foram estabelecidos, tais como: a redução do desmatamento, a contribuição no Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, a criação da Comissão Nacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, no âmbito do CNAL, a busca da retomada do Fundo Amazônia e de novas fontes de financiamento, dentre outras iniciativas.

Após a fala do Vice-Presidente, a ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apresentou o Programa Abrace o Marajó direcionado para áreas da Amazônia Legal, também de atuação do Conselho da Amazônia, e que reúne um conjunto de compromissos no campo psicossocial e econômico que dará impulsão para a integração e desenvolvimento do território.

O Vice-Presidente Hamilton Mourão, ao encerrar a reunião, ressaltou a importância da cooperação e do prosseguimento às ações conjuntas e sinérgicas, quer seja por ocasião da substituição da Operação Verde Brasil 2, quer seja no âmbito de cada ministério, cujos órgãos sempre estiveram plenamente engajados e determinados em manter a efetividade dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos em consonância com as orientações do Governo do Presidente Jair Bolsonaro.

Brasília, 10 de fevereiro de 2021.